

RELATO DE EXPERIÊNCIA:

A prática da pesquisa histórica e o uso de metodologias alternativas para o reconhecimento do território da Comunidade Quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira

EXPERIENCE REPORT:

The practice of historical research and the use of alternative methodologies for the recognition of the territory of the Quilombola Kulumbu Community of Patuazinho on the franco-brazilian border

REPORTE DE EXPERIENCIA:

La práctica de la investigación histórica y el uso de metodologías alternativas para el reconocimiento del territorio de la Comunidad Quilombola Kulumbu de Patuazinho en la frontera franco-brasileña

Jelly Juliane Souza de Lima

Doutoranda em História, Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS), Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
julianejelly@gmail.com

Avelino Gambim Júnior

Doutorando em História, Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS), Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
avgambimjunior@gmail.com

Recebido em: 26/01/2022

Aceito para publicação: 09/03/2022

Resumo

Especificamente nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, onde está localizado o município de Oiapoque, no estado do Amapá, destaca-se a presença de comunidades negras invisibilizadas que procuram reconstituir a história da ocupação do território onde vivem como forma de luta, em decorrência dos conflitos de terra com a sociedade envolvente. Neste artigo apresentamos um relato de experiência de historiadores em campo e o uso de metodologias alternativas, com o objetivo de contribuir com o registro de informações acerca da história do território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, formada no processo de migração de um núcleo familiar do estado do Maranhão para o estado do Amapá. Como resultado, a prática da pesquisa histórica permitiu a experimentação de metodologias alternativas e geração de fontes por meio da oralidade e descrições etnográficas. Assim, entendemos que é por meio da oralidade, do cotidiano, das memórias e dos lugares que os quilombolas constroem suas histórias acerca da ocupação do território na fronteira franco-brasileira.

Palavras-chave: história; fronteira franco-brasileira; território; migrações Maranhão-Amapá; quilombo.

Abstract

Specifically on the borders between Brazil and French Guiana, where the municipality of Oiapoque is located, in the state of Amapá, there is the presence of invisible black communities that seek to reconstitute the history of the occupation of the territory where they live as a form of struggle, as a result of the land conflicts with the surrounding society. In this article, we present an experience report by historians in the field and the use of alternative methodologies, with the objective of contributing to the recording of information about the history of the territory of the quilombola community Kulumbu do Patuazinho, formed in the process of migration of a

family nucleus from the state of Maranhão to the state of Amapá. As a result, the practice of historical research allowed the experimentation of alternative methodologies and the generation of sources through orality and ethnographic descriptions. Thus, we understand that it is through orality, daily life, memories and places that the quilombolas build their stories about the occupation of the territory on the Franco-Brazilian border.

Keywords: history; Brazil-France border; territory; Maranhão-Amapá migrations; quilombo.

Resumen

Específicamente en las fronteras entre Brasil y Guayana Francesa, donde se ubica el municipio de Oiapoque, en el Estado de Amapá, se destaca la presencia de comunidades negras invisibles que buscan reconstituir la historia de la ocupación del territorio donde habitan como forma de lucha, como resultado de los conflictos de la tierra con la sociedad circundante. En este artículo, presentamos un relato de experiencia de historiadores en el campo y el uso de metodologías alternativas que tuvieron como objetivo contribuir al registro de información sobre la historia del territorio de la comunidad quilombola Kulumbu do Patuazinho formada en el proceso de migración de un núcleo familiar en el estado de Maranhão al estado de Amapá. Como resultado, la práctica de la investigación histórica permitió la experimentación de metodologías alternativas y la generación de fuentes a través de la oralidad y las descripciones etnográficas. Así, entendemos que es a través de la oralidad, la cotidianidad, las memorias y los lugares que los quilombolas construyen sus relatos sobre la ocupación del territorio en la frontera franco-brasileña.

Palabras clave: historia; frontera franco-brasileña; territorio; migraciones Maranhão-Amapá; quilombo.

Introdução

*“É tempo de formar novos quilombos,
Em qualquer lugar que estejamos,
E que venham os dias futuros,
A mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante!”
(Tempo de nos aquilombar, Conceição Evaristo)*

No campo da História, os historiadores basicamente centram suas pesquisas voltadas para a fonte documental. Na década de 1990 emergem estudos que passaram a utilizar metodologias alternativas como a história oral e observações etnográficas para o reconhecimento de territórios ocupados por comunidades quilombolas, principalmente na Amazônia (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, 2004; FUNES, 1995, 2009). Nesse cenário, algumas pesquisas vêm permitindo conhecer e reconhecer as diferentes experiências sociais das populações negras, ao situar suas histórias, vozes e narrativas no debate historiográfico (ACEVEDO MARIN; CASTRO, 1998, 2004; FUNES, 1995, 2009; SAMPAIO, 2011).

No estado do Amapá, até 2011, foram registradas cerca de 138¹ comunidades negras que ocupam territórios, em decorrência de processos como fugas da escravidão no passado ou atualmente com a migração de núcleos familiares em busca de terras (SUPERTI; SILVA,

¹ Informações obtidas no site da Fundação Cultural Palmares: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ap-15062021.pdf>

2015). Especificamente nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, onde está localizado o município de Oiapoque, destaca-se a diversidade de grupos indígenas que vivem na região. Cada comunidade quilombola encontrada no estado do Amapá apresenta peculiaridades e demandas específicas de pesquisa, o que requer estudos focalizados (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020). Na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, situada na malha urbana do município de Oiapoque (Figura 1), uma das preocupações principais dos seus moradores são os constantes conflitos relacionados ao território (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020; SOUZA, 2015; SUPERTI; SILVA, 2015).

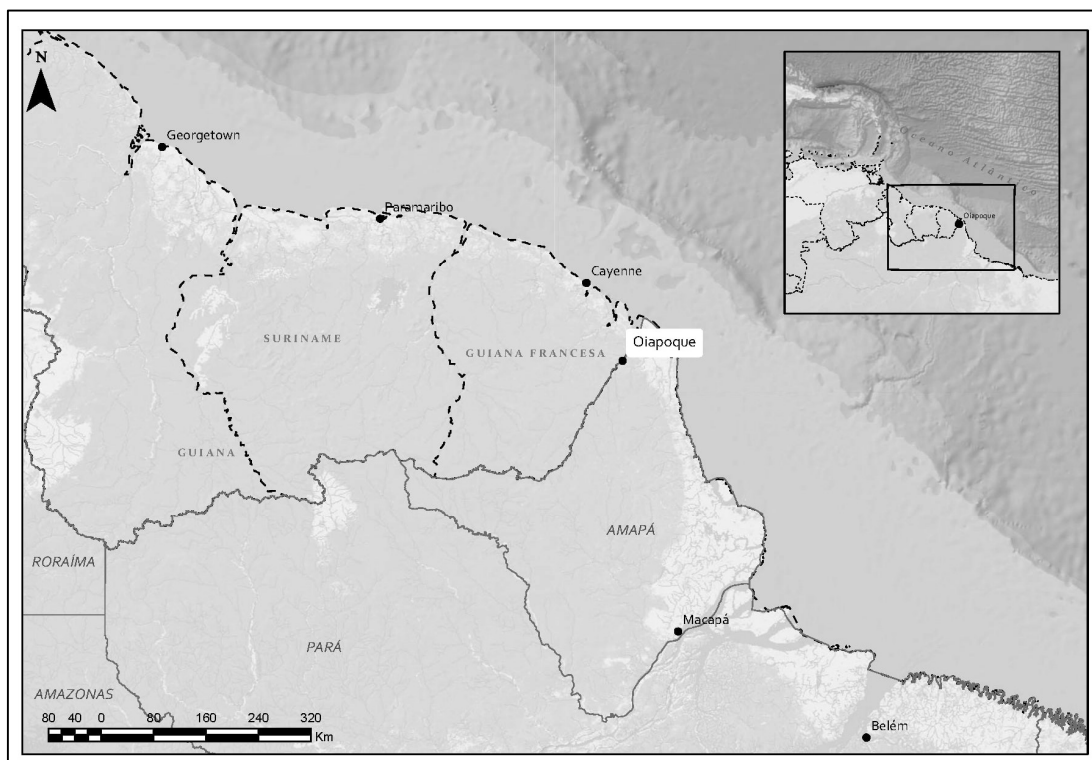


Figura 1: Mapa de localização da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho no município de Oiapoque, Amapá. Fonte: Acervo do projeto, 2020.

Com cerca de 30 anos de existência, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é o primeiro quilombo amapaense que se iniciou como quilombo urbano² (SOUZA, 2015, p. 3). Fora da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, o aumento da cidade de Oiapoque já lhe conferiu status de bairro, o que gera conflitos acerca do território. Na área fora da mata, que é delimitada por ruas e quarteirões, existe forte

² Informação: <http://quilombolasdoamapa.blogspot.com/2018/07/comunidade-do-kulumbu-do-patuazinho.html>. Conforme Pedro Barbosa (2021, p. 103-106), quilombos urbanos são formados por pessoas negras que vivem nos arredores das cidades, que passam a ter um vínculo comum, a ancestralidade negra, ainda que o quilombo seja um lugar para a acolhida de brancos empobrecidos, com os quais passam a estabelecer laços de solidariedade.

especulação imobiliária e pressões por pessoas ligadas à prefeitura (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020; SOUZA, 2015; SUPERTI; SILVA, 2015). É importante destacar que ainda são escassos estudos sobre a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (SOUZA, 2015; SUPERTI; SILVA, 2015; VOLTALIA, 2018).

Ao chegarmos à comunidade percebemos que vários temas poderiam ser alvo de estudos, como o mundo do trabalho, religiosidade, festas, práticas de cura, conflitos de terra, cartografia, patrimônio material e imaterial, racismo e território. Como forma de divulgação do conhecimento, decidimos apresentar a relação da comunidade com o seu território, um vislumbre de sua formação e ocupação por meio das nossas próprias experiências junto à comunidade.

Na comunidade precisamos expandir a ideia de pesquisa centrada na metodologia e uso de fontes documentais, dada a sua escassez. Como resultado, a prática da pesquisa histórica no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira permitiu a experimentação de uso de metodologias alternativas de pesquisa. Essas metodologias dizem respeito ao uso da história oral e da abordagem etnográfica no território como forma do registro de informações transpostas para relatórios entregues aos representantes da comunidade.³

O presente relato tem como objetivo principal apresentar de forma breve as experiências de historiadores por meio do trabalho de campo no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Nesse sentido, procuramos mostrar através do relato a importância histórica e social dessa comunidade localizada nas fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, município de Oiapoque, estado do Amapá, em sua luta de mais de trinta anos por reconhecimento e garantia de seu modo de vida. Como resultado, a prática da pesquisa histórica permitiu a experimentação de metodologias alternativas e geração de fontes por meio da oralidade e descrições etnográficas. Assim, entendemos que é por meio da oralidade, do cotidiano, das memórias e dos lugares que os quilombolas constroem suas histórias acerca da ocupação do território na fronteira franco-brasileira.

³ Esses relatórios serviram como instrumentos auxiliares em documentações oficiais de cunho reivindicatório e denunciativo de interesse da própria comunidade. Entre os órgãos públicos aos quais esses documentos oficiais foram entregues estão o Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Polícia Federal (PF).

Um breve relato: historiadores de campo e o uso de metodologias alternativas

O contato com a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho aconteceu em 2018, a convite da Fundação Cultural Palmares (FCP) e Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (Seafro) no Amapá, para acompanharmos seus representantes em reuniões sobre a instalação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Salto Cafesoca, que poderia causar impactos diretos ou indiretos na comunidade (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020; SILVA, 2022; VOLTALIA, 2018).

Em 2019, voltamos à comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho para passar alguns dias e conhecer mais de perto seu cotidiano. Nesses dias, participamos de ações de limpeza da área central da comunidade onde ocorrem atividades de reunião e lazer (ex: jogo de futebol e brincadeiras das crianças), bem como da limpeza e ornamentação do salão da federação ou terreiro. Durante o contato com as pessoas e a liderança e fundador do quilombo, escutávamos relatos acerca de problemas que envolvem a comunidade.

Diante do cenário de abandono por parte do poder público e constantes ameaças, percebemos que poderíamos ajudar a comunidade ao desenvolver projetos, pesquisas, apresentações e produção de relatórios que poderiam auxiliar nas pautas de interesse desses atores sociais. No entanto, somente em 2019 consultamos a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho para saber se teriam interesse que desenvolvêssemos atividades de pesquisa, tendo a participação dos moradores (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020).

Com a permissão da liderança da comunidade e sinalização positiva para elaborarmos um projeto de pesquisa colaborativa, em 2019 iniciamos de fato a elaboração de um projeto. O projeto “Quilombolas do norte do Amapá (séc. XVIII-XXI): estudos históricos, etnográficos e arqueológicos”⁴ encontra-se vinculado à Associação Quilombola Kulumbu do Patuazinho e não possui fomento financeiro para o desenvolvimento da pesquisa. Os recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa do projeto são oriundos dos pesquisadores. A equipe do projeto conta com dois coordenadores, os pesquisadores Jelly Juliane Souza de Lima e Avelino Gambim Júnior, ambos docentes colaboradores no curso de História da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Campus Marco Zero.

⁴ É importante destacar que o projeto foi elaborado tendo como perspectiva a formação e experiência de mais de 10 anos dos seus coordenadores nas áreas da História, Arqueologia e Antropologia, que atuam junto a coletivos indígenas e quilombolas.

A formação de jovens pesquisadores ligados aos cursos de graduação em história e intercultural indígena da Unifap Campus Marco Zero e Binacional faz parte de uma das ações do projeto. Além disso, nas ações de pesquisa sempre contamos com a participação de moradores do lugar, que nos ajudam a entender o significado de cada espaço e tema pesquisado. Desde o início do projeto em 2019 até os dias atuais, a equipe de pesquisa já gerou comunicações em eventos científicos,⁵ publicações em periódicos acadêmicos,⁶ produção de relatórios encaminhados para instituições⁷ e trabalhos de conclusão de curso concluídos⁸ e em andamento.

Quando iniciamos o projeto “Quilombolas do norte do Amapá (séc. XVIII-XXI): estudos históricos, etnográficos e arqueológicos”,⁹ com foco na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, nos deparamos com a ausência de documentações, o que para historiadores é conhecido como fonte documental. Para eles ainda há em parte certo fetiche pelo documento escrito (FUNES, 2009). Diante da lacuna referente às fontes documentais, procuramos responder: Que metodologia poderia ser utilizada por nós historiadores em um trabalho de campo? Como gerar novas fontes com base na pesquisa de campo?

Inicialmente selecionamos estudos voltados para comunidades negras ou quilombolas. Nesse caso tivemos contato com autores, como, por exemplo, Rosa Acevedo Marin e Edna Castro (1998, 2004), Richard Price (2007) e Eurípedes Funes (1995). Com esses historiadores aprendemos que nas comunidades quilombolas geralmente não existe uma preocupação com a salvaguarda de documentos e que os moradores possuem escolaridade mínima. A presença de associações responsáveis pela criação de documentos sobre as demandas das comunidades só costuma acontecer no momento de reivindicações, como no caso da certificação de remanescentes de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares.

⁵ Semana de Ciência e Tecnologia do Ifap, 2019; 3º Concurso para Universitários sobre o Círio de Nazaré (Macapá, 2019), ensaio científico sobre políticas públicas; II Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unifap (2019).

⁶ Que se encontram em processo de avaliação.

⁷ Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no estado do Amapá.

⁸ SILVA, Edineth Alves: “Temos orgulho de ser a comunidade quilombola de onde começa o Brasil”: memória e identidade como reconstituição da história da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, zona urbana do município de Oiapoque (1995-2020). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Bacharelado em História) – Universidade Federal do Amapá, 2022.

⁹ Paralelamente no município de Oiapoque também estamos desenvolvendo pesquisa junto à comunidade de Vila Velha do Cassiporé, onde um grupo de famílias vem lutando para obter reconhecimento quanto à identidade negra.

Com base nos estudos de Price (2007), Marin e Castro (1998, 2004) e Funes (1995), o projeto adotou a história oral e observações etnográficas como metodologias principais na pesquisa de campo. Nesse sentido, delineamos de forma breve o que é cada metodologia e como as utilizamos, conforme propõem as bibliografias consultadas, e em seguida como geramos as informações durante a pesquisa de campo.

A história oral pode ser entendida como um recurso usado em estudos referentes à vida das pessoas, grupos ou comunidades (FREITAS, 2006; MEIHY; HOLANDA, 2015). É um conjunto de procedimentos que têm como ponto de partida um projeto, que têm como definição pessoas a serem entrevistadas. As entrevistas devem ser gravadas, transcritas, conferidas e ter autorização para serem utilizadas. Os documentos da história oral são resultado de relatos, de projetos compartilhados, em que o pesquisador e o colaborador são envolvidos.

Como metodologia principal, a história oral envolve um conjunto de pessoas a serem entrevistadas. Essas entrevistas funcionam como amostragens significativas de um projeto (MEIHY; HOLANDA, 2015). Como modalidade da história oral optamos por utilizar a história oral temática. Conforme Sônia Freitas (2006) e José Meihy e Fabiola Holanda (2015), a história oral temática parte de um assunto específico ou preestabelecido, e procura buscar a narrativa de quem presenciou os acontecimentos na versão do narrador, buscando lembrar sua vivência e assim possibilitar ao pesquisador analisar as experiências e trajetórias das pessoas entrevistadas.

O êxito de uma entrevista depende do diálogo entre pesquisador e colaboradores. A partir disso, devem ser iniciados o planejamento, as escolhas dos sujeitos que serão envolvidos no processo e o roteiro de questões. O pesquisador precisa estar munido de equipamentos que visem a registrar a narrativa do colaborador: roteiro da entrevista com linguagem simples, caderno, máquina fotográfica e gravador, recursos básicos para a pesquisa. Além disso, é necessário que o pesquisador possua uma compreensão das relações humanas e éticas, tendo em mente que as pessoas são diferentes, cada uma tem opiniões próprias e inclusive diferentes modos de se portar diante de um gravador.

Sob a perspectiva do uso da história oral como metodologia, entrevistamos 12 moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, para contar a história da importância do território por eles ocupado. Os entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 60 anos, sendo homens e mulheres. Além disso, parte dos entrevistados faz parte do núcleo

familiar que fundou a comunidade, como no caso da família Furtado. Já os outros são oriundos de famílias do município de Oiapoque que hoje moram no quilombo.

A partir da compreensão das relações entre pesquisador e colaboradores, optamos por fazer as entrevistas em lugares escolhidos pelos próprios moradores como forma de dar mais conforto no momento do registro das entrevistas. Lugares¹⁰ como quintais, próximos à “mãe grande”, igarapés, ou da “cachoeira” da comunidade foram escolhidos para a entrevista. Quanto ao registro fotográfico e de voz, estes só foram realizados após uma conversa explicativa sobre a pesquisa e mediante a autorização dos colaboradores.

Em geral podemos afirmar que não ocorreram resistências quanto ao registro fotográfico e de voz, o que pode ser explicado pelas conversas informais realizadas com os colaboradores procurando conhecer e participar das atividades do cotidiano dos moradores, como, por exemplo, limpar os quintais. Além disso, a nossa vontade de aprender sobre o cotidiano dos moradores sempre foi vista como ponto positivo. As situações de inibições da parte dos colaboradores em entrevistas foram contornadas, ao procurarmos criar um ambiente de descontração e de conforto, sempre adequando os horários das entrevistas.

Após a gravação, agradecemos pela participação de cada um dos colaboradores. As entrevistas passaram pelas etapas de transcrição, textualização e transcrição (MEIHY; HOLANDA, 2015). Na transcrição destacam-se as diferenças entre uma situação como a língua falada e outra decorrente da língua escrita, sendo mais importante na transposição do discurso o sentido. Na história oral, é preciso que o colaborador reconheça o texto por meio da conferência, seguida da autorização que determina se ele se identificou ou não com o resultado. Assim, estamos falando da transcrição absoluta, etapa onde apresentam-se as palavras ditas em estado bruto.

Já na textualização é feita a eliminação de perguntas feitas pelo pesquisador, bem como são tirados os erros gramaticais. Da entrevista é escolhida uma frase-guia chamada de “tom vital”, como forma de requalificar a entrevista na sua essência. Por fim, o texto é apresentado na versão final e, depois de autorizado novamente pelo colaborador, deve compor o acervo de entrevista do projeto (MEIHY; HOLANDA, 2015). O registro das narrativas das experiências humanas tem como resultado a finalidade de criar fontes históricas (FREITAS, 2006).

¹⁰ Os lugares são apresentados no tópico “O território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho”.

Em linhas gerais, a metodologia denominada observação etnográfica parte da observação direta do modo da vida social e cultural de grupos étnicos (GOMES, 2019; OLIVEIRA, 1998; OLIVEIRA, 2012; URIARTE, 2012). A etnografia pode ser compreendida como um levantamento de dados possíveis sobre um grupo ou uma cultura e na sua descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de um grupo ou de uma cultura (GOMES, 2019; OLIVEIRA, 2012). A observação etnográfica é uma espécie de documento básico, de cunho empírico pelo qual se legitima a maioria dos estudos feitos no âmbito da Antropologia (OLIVEIRA, 1998; OLIVEIRA, 2012).

As fases da abordagem etnográfica podem ser divididas em três etapas, o olhar, o ouvir e o escrever (OLIVEIRA, 1998). O olhar diz respeito à domesticação teórica do olhar, que disciplina nosso modo de ver a realidade de acordo com esquemas conceituais e processos históricos previamente estudados. Contudo, para se chegar a entender as diferentes representações dos lugares do passado, e compreender as narrativas dos indivíduos entrevistados, deve-se também aprender a ouvir (OLIVEIRA, 1998).

A prática da pesquisa de campo pautou-se inicialmente na observação participativa, que conforme Mércio Gomes (2019, p. 56-59) consiste em o pesquisador buscar compreender a cultura por meio da vivência nela, ou seja, morar com os grupos, participar do seu cotidiano, comer suas comidas, envolver-se em suas festas e sentir o drama de ser de outra cultura, sempre na medida do possível. Assim passamos a praticar o que Price (2007, p. 131) propõe ser uma experiência de estar lá (de vez em quando ou quase aleatoriamente), vivendo a vida etnográfica junto aos grupos em questão.

A observação participativa só se torna inteligível pela participação do pesquisador em suas instituições, sendo que não basta entrevistar as pessoas ou conhecer os documentos materiais ou ideológicos de uma cultura, pois é preciso vivenciá-la (GOMES, 2019; URIARTE, 2012). A observação participante exige a presença constante do pesquisador no lugar do estudo, exige confiança, compromisso e reciprocidade. Além disso, requer que o pesquisador se porte com certo distanciamento como forma de chegar mais próximo para compreender o grupo em questão.

Na pesquisa de campo, durante a observação participativa, é necessário ter um caderno de campo como uma espécie de diário onde são registrados o que é observado no cotidiano do grupo e os sentimentos que o pesquisador vai vivenciando com os pesquisados (URIARTE,

2012). A fotografia, as filmagens e as entrevistas, seguidas do ato de transcrever o que são esses registros, não podem estar ausentes na pesquisa (GOMES, 2019; URIARTE, 2012).

Nesse caso, escutamos no relato de Josimauro Furtado que éramos diferentes dos outros pesquisadores que apenas visitavam a comunidade de dia e à noite dormiam em hotéis da cidade de Oiapoque. Diferente porque a nossa equipe de pesquisa vivenciou a comunidade ao comer os mesmos alimentos que eles, dormir e tomar banho nos mesmos ambientes (sem restrições). Diferente porque participávamos das festas com as entidades e movimentávamos nossos corpos ao som do triângulo, do tambor e chocalho. Essas diferenças destacadas por nossos colaboradores reforçavam pontos positivos de nossas ações ao longo do tempo na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.

A vivência foi muito significativa para nós pesquisadores em diversos momentos, em nossa estadia de pesquisa na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, como nas horas de lazer e descontração, seja na partilha dos alimentos, seja nas conversas durante a mesa, nas trocas de conhecimentos e histórias contadas em diversas ocasiões. Isso nos permitiu outros olhares e maior entendimento contextual dos momentos relativos às festividades religiosas e nas reuniões relativas aos interesses da comunidade quanto ao território e reivindicação de seus direitos junto aos órgãos e autoridades competentes.

A experiência de “estar lá”, junto aos colaboradores, permitiu ainda prestarmos atenção, com olhares diferenciados, nas materialidades que se fazem presentes em toda comunidade, em cada lugar que faz parte do território ocupado pela comunidade, cujas paisagens são preches de significados. Citamos como exemplo os templos, santuários, as árvores e cachoeiras e igarapés que sempre estão ligados ao universo religioso, dos quais são inseparáveis, como, por exemplo, a presença constante das entidades de matriz africana, e os caboclos das matas.

Na convivência compreendemos, por meio do ato de olhar e escutar, as explicações sobre determinados objetos e até mesmo certos tipos de ervas e alimentos, que saem da esfera do que seria apenas material e entram na esfera imaterial. Tais objetos carregam mais do que sentidos, carregam também intencionalidades, relacionadas ao mundo espiritual, aos guias e orixás. Os banhos de ervas, tambores, templos, altares, imagens, estátuas, árvores, cachoeiras, igarapés, entre outros, passaram a ser melhor compreendidos por nós pesquisadores *outsiders*, por meio da observação participante e da oralidade.

Os dados brutos coletados em campo puderam ser analisados à luz das trocas de conhecimentos durante as estadias no quilombo, transformadas em texto para divulgação para dentro e fora da comunidade. Essa produção textual serve também como documentação de cunho reivindicatório e político da própria comunidade, demonstrando, por exemplo, a importância dos lugares e paisagens do território ocupado para as sociabilidades dos moradores do quilombo urbano Kulumbu do Patuazinho, situado no município de Oiapoque.

Nesse breve relato da nossa experiência como historiadores em campo e o uso do que chamamos de metodologias alternativas como história oral e observações etnográficas, procuramos demonstrar como executamos a pesquisa de campo e o registro de informações, que posteriormente se traduziram em dados (URIARTE, 2012). Esse caminho adotado na pesquisa de campo, por meio do relato, visou a ser mais um indicativo de caminhos que podem ser utilizados por pesquisadores que almejam pesquisar junto a comunidades.

Os dados coletados contribuíram para a escrita dos tópicos “Breve história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho” e “O território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho”, que são permeados pelo uso das entrevistas formais e conversas informais com os moradores do lugar. A título de construção do tópico “Breve história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho”, que se adequa aos objetivos desta produção textual, elegemos como narrativa principal a entrevista do colaborador Benedito Furtado, liderança, portador da entidade-guia do lugar e fundador da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.

No tópico “O território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho” apresentamos o registro etnográfico realizado durante nossa convivência nesse lugar. Nesse sentido, foram registrados no território os lugares importantes para os moradores, como, por exemplo, caminhos, espaços de sociabilidades e de usos rituais, como locais de reuniões coletivas ou restritas (templos e santuários religiosos, sejam aqueles localizados na paisagem natural, sejam construções erigidas), e a paisagem e suas relações com a cosmologia da religião de matriz africana (matas, recursos da água, fontes de alimentos).

Ao partirmos das vivências que tivemos até agora na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, ratificamos a importância do papel do território como propulsor da vida cotidiana e evocador de memórias e histórias contadas pelos moradores. A história da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, presente na memória e contada através da oralidade e dos lugares, manifesta-se principalmente no seu território. Nesse novo caminhar

de aprendizagens no âmbito da prática da pesquisa histórica, aprendemos a valorizar no projeto que estamos coordenando o que lembra Ecléa Bosi (2003, p. 10): “Você testemunha grandes e pequenos episódios que estão acontecendo à sua volta. Um dia será chamado a contar também. Então verá que o tecido das vidas mais comuns é atravessado por um fio dourado: esse fio é a história”.

Breve história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho

O movimento de ocupação do território, originado pelo processo de migração de núcleos familiares vindos de fora do estado do Amapá, ainda carece de estudos sistemáticos e focalizados sobre a formação destas comunidades quilombolas. As poucas informações disponíveis permitem emergir e reconhecer alguns núcleos familiares que chegaram ao estado do Amapá na procura por melhorias de vida ao buscar emprego (na área urbana ou atividades como a agricultura e pecuária) e terras (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020; SUPERTI; SILVA, 2015).

A história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho pode ser contada ainda hoje por Benedito Anunciação Furtado (51 anos), popularmente conhecido como pai Bené. Em diferentes momentos, em festas, durante o café da manhã ou reuniões, pudemos escutar a história contada pela liderança, portador da entidade-guia do lugar e fundador da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. No horário da tarde, por volta das 16h do dia 4 de julho de 2020, Benedito Anunciação Furtado (Figura 2), de cabelos grisalhos, sentado em uma cadeira de plástico verde, mãos cruzadas, sempre acompanhado de uma bengala e de sua pequena filha, próximo às raízes de uma árvore chamada Samauma,¹¹ contou a história da formação da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho para três jovens pesquisadoras.

¹¹ “A samaumeira é tipicamente amazônica, árvore grande e forte, conhecida como a ‘árvore da vida’ ou ‘escada do céu’. Os indígenas consideram-na ‘a mãe’ de todas as árvores.” Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/uma-gigante-da-floresta-no-parque-do-goeldi>. Acesso em 15/11/2021.



Figura 2: Sr. Benedito Anuniação Furtado, 51 anos. Fonte: Acervo do projeto, 2020.

Filho de Eusébio Furtado, negro de ascendência africana e escravizado e de Matilde Anuniação, de ascendência indígena, Benedito Anuniação Furtado nasceu em 1967 no estado do Maranhão, no município de Monção, na localidade de Bolívia, junto ao rio Pindaré, próximo ao município de Pindaré Mirim, lugar que no passado foi povoado principalmente por indígenas e negros. Pindaré Mirim possui hoje uma população de minoria indígena e quilombola. A maior parte da infância de Benedito Furtado foi imersa nas tradições afro-religiosas e quilombola. Conforme ele destaca, sua comunidade original procurou manter as tradições e conhecimentos ancestrais, principalmente herdados dos avós e pais.

Já adulto, Benedito Furtado sempre trabalhou na perspectiva da matriz africana nos serviços de candomblé e umbanda. A partir dos trabalhos espirituais, na década de 1990 migrou para o estado do Pará onde residiu basicamente no município de Marabá. Ao ter contato com clientes do Pará, foi convidado para passar uns dias em Macapá para fazer alguns serviços espirituais, que seriam bem-vindos na região. No entanto, em decorrência do clima, que não o agradou, voltou ao estado do Pará, para Marabá. Novamente chamado para Macapá, no estado do Amapá, Benedito Furtado se instalou por algum tempo na zona norte no bairro de Capimlândia com 18 familiares, entre crianças, adultos homens e mulheres.

No estado do Amapá, a migração e a transição pelos municípios como Porto Grande, Ferreira Gomes e Calçoene duraram cerca de cinco anos. Em 1995, Benedito Furtado, acompanhado por quatro adultos (homens e mulheres) integrantes da família, foi impulsionado para o município de Oiapoque. A dinâmica dessa história começa com a busca por melhores condições de vida como perspectivas de estudos, trabalhos e moradia para seus filhos e família extensa.

No município de Oiapoque, durante a noite, pai Bené teve uma experiência onírica, sonhou que o lugar escolhido para estabelecer o santuário de São Benedito de Aruanda e assentamento da comunidade deveria ter a presença de uma árvore conhecida como Samauma. A procura pelo local preconizado no sonho levou pai Bené e alguns colaboradores a entrarem em uma área extensa de mata. Ao caminhar pela mata, encontraram a Samauma ou mãe grande, sinal de que era o lugar onde deveria ser fundada a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho.

Para Benedito Furtado, a mãe grande ou Samauma é o símbolo cultural da comunidade. Conforme Benedito Furtado, temos muito a aprender com a mãe grande e sobre a vida, pois essa árvore já sofreu muito. Antes de a comunidade ocupar o lugar, a mãe grande era agredida por outras pessoas que entravam na mata e colocavam fogo e cortavam seus galhos. Hoje a mãe grande está protegida e é considerada uma árvore centenária que reconhece a comunidade e através dela os moradores buscam o conhecimento sempre em constante construção. A mãe grande, segundo Benedito Furtado, é a mãe África brasileira porque ela existe em qualquer estado brasileiro ou em lugares internacionais, sendo considerada uma fonte potente de energia espiritual do lugar. Quando os guianenses chegavam à comunidade e recebiam suas bênçãos, eles escreviam seus nomes na mãe grande como forma de agradecimento.

O nome Patuazinho refere-se ao córrego que corta o território da comunidade. O nome Patuazinho está relacionado aos *patois*, uma espécie de amuleto feito para o Candomblé. Já o nome Kulumbu evoca uma comida típica dos negros da Guiana Francesa. O acesso à comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é possível através de transportes como carro, moto ou bicicleta. Saindo do extremo norte, via BR-156, cerca de 5 km de asfalto, somados a mais ou menos 1 km de terra batida, levam à localização da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, no bairro Infraero. Logo na entrada da comunidade, uma ponte de madeira, que permite o acesso ao lugar, indica um pequeno trecho de curso de água do igarapé Patuazinho. A paisagem revela vegetações de floresta densa, de árvores de portes pequenos, médios e grandes.

O território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho

A organização espacial da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é igual a uma aldeia indígena. No centro está a “mãe grande”, uma árvore conhecida popularmente na

Amazônia como Samauma. A mãe grande centraliza a energia espiritual do território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho e suas raízes servem como altares de caboclos como o índio flecheiro. Ao redor da mãe grande estão a federação e as casas. A federação é o lugar de reuniões e festejos religiosos, construída em alvenaria. Já as casas servem como espaços de moradia. A federação é feita de alvenaria, enquanto as casas são mistas (madeira e alvenaria) ou de madeira. Esses pontos referenciais, assim como outros mencionados ao longo do texto, podem ser vistos no croqui¹² ou esboço cartográfico¹³ abaixo (Figura 3).

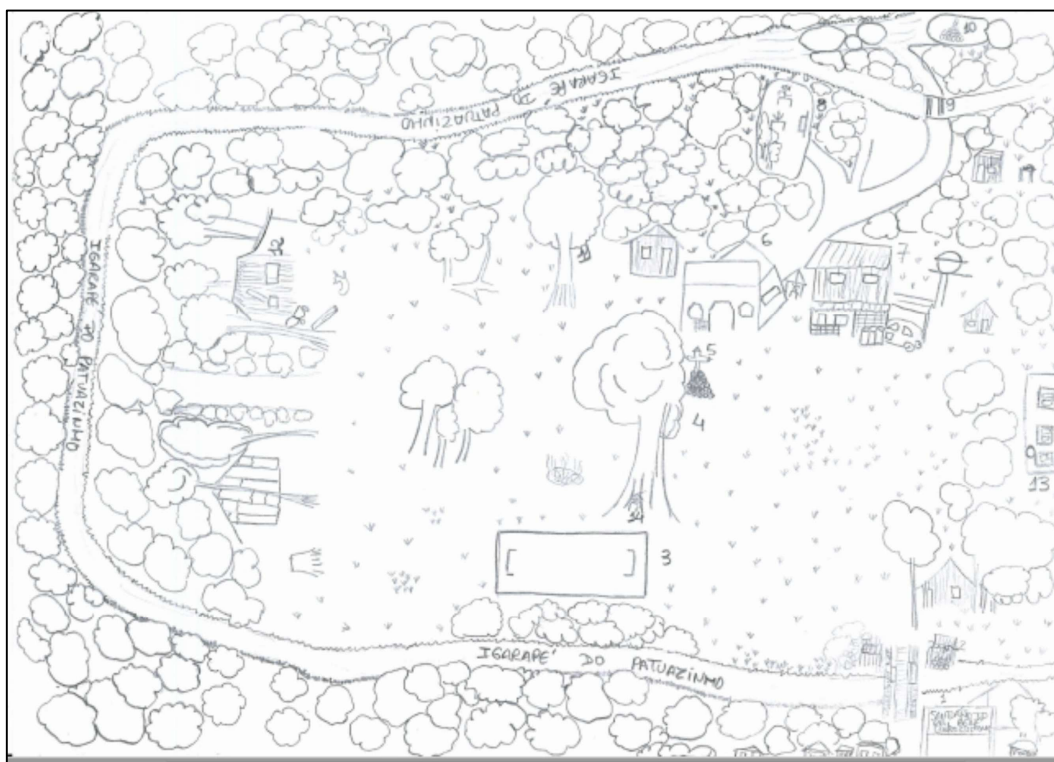


Figura 3: Legendas do croqui da área principal da comunidade: 1. Placa da comunidade; 2. Santuário de Iemanjá; 3. Campo de futebol; 4. Mãe grande (árvore sumaúma); 5. Cruz das almas; 6. Federação; 7. Casa de pai Bené (liderança); 8. Altares de exu e da pomba gira; 9. Ponte; 10. Mãe d’água/Santuário Iemanjá; 11. Tranca Rua (árvore); 12. Casa de dona Assunção; 13. Horta da comunidade; e 14. Santuário Índio Flecheiro. Croqui. Jelly Lima. Fonte: Acervo do projeto: 2019-2021.

Na pequena comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, na atualidade vivem 56 moradores, entre homens, mulheres e crianças. A maior parte da população de moradores é do sexo feminino. Quanto ao estado civil, os moradores possuem união estável, ou são solteiros

¹² Um croqui pode ser definido como um esboço, decorrente de traços simples, sem a necessidade de detalhes mais elaborados no desenho.

¹³ Conforme lembra Rafael dos Anjos (2010, p. 7), um mapa (e por extensão o esboço cartográfico) não é o território, mas é na cartografia que estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do espaço.

ou viúvos. Basicamente, a comunidade é constituída por relações locais de parentesco direto e indireto. O grupo de familiares que residem em uma mesma casa é formado por uma parentela que se estende dos pais até seus netos e/ou bisnetos, genros e/ou noras, exemplos do que pode ser caracterizado como família extensa.

É possível identificar pessoas que vieram de outras localidades dos estados do Maranhão, Pará e Ceará. Como vizinhos, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho possui a Terra Indígena (TI) Uaçá e faz fronteira com as Guianas. O bom relacionamento da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho com a TI Uaçá e a aldeia do Manga possibilitou uniões de casais, ou mesmo a atração por uma nova moradia por parte de indígenas da etnia Karipuna¹⁴ (Figura 4) junto aos outros moradores do quilombo. Outro tipo de união, principalmente por parte das mulheres da comunidade, se dá com homens negros vindos da Guiana Francesa.



Figura 4: Mulheres negras e indígena Karipuna preparando comida. Fonte: Acervo do projeto: 2018.

Há alguns anos o trabalho e a base econômica principal da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho estavam ligados à agricultura (SOUZA, 2015). Como tendência do uso da terra, a agricultura dependia do calendário das estações do ano. No verão plantavam mandioca para a produção de farinha e cultivavam “verduras” como cheiro verde e chicória, ou ainda, extraíam-se óleos de buriti e andiroba. As dificuldades encontradas para a manutenção e escoamento da produção levaram à estagnação da agricultura e venda de carvão vegetal.

¹⁴ Esse é o caso do segundo casamento do pai Bené com uma indígena da etnia Karipuna da aldeia do Manga, que gerou as “misturas” de filhas de sangue de indígena e de negro.

Na atualidade, o plantio de verduras ocorre em pequenas hortas localizadas no fundo das casas, onde a retirada das verduras ocorre para o uso estritamente dos moradores. A criação de galinhas ou patos está mais voltada para o consumo dos moradores. Na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é preciso lidar com a falta de abastecimento hídrico no verão, o que leva ao uso de poço e de pequenos igarapés para obter água.

Como fonte de renda, os moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho possuem empregos na área urbana do município de Oiapoque ou fora da comunidade (SUPERTI; SILVA, 2015). As atividades, exercidas principalmente pelos homens nos dias atuais, são prestação de serviços como pedreiro, auxiliar de pedreiro, serviços em oficinas e atendimento ao público como serviço de garçom em pequenos estabelecimentos como bares ou pousadas (LIMA; GAMBIM JÚNIOR, 2020).

Quanto às ocupações tipicamente tradicionais, podem-se encontrar dentre essas pessoas benzedoras, parteiras, curandeiros e rezadores. Conforme indicaram alguns moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, com a estagnação da agricultura, os serviços prestados para a realização de tratamentos espirituais são formas de obter auxílio financeiro para o sustento das famílias. Em diferentes momentos a menção ao trabalho por alguns moradores está associada às funções estritamente da religião de matriz africana.

As reminiscências do estado do Maranhão foram transpostas na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Esse é o caso da religião de matriz africana, uma forma de manter vivas as tradições religiosas. No estado do Amapá, a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho é a única que possui como religião a matriz africana, como a umbanda, o ketu, o jeje, a mina-nagô e o candomblé. A federação ou terreiro possui um espaço de infraestrutura de alvenaria. No salão da federação ocorrem reuniões e festas, encontram-se altares que apresentam estátuas dos santos da igreja católica como São Jorge, Santa Barbara, São Sebastião, Santa Luzia, Nossa Senhora das Graças, Padre Cícero e Nossa Senhora de Guadalupe.

As festas religiosas organizadas por grupos afro-religiosos em terreiros em geral ocorrem devido ao pagamento de promessas, momento de lazer como forma de desenvolvimento de laços de solidariedade nos meios populares (FERRETTI, 2011). Como características das religiões afro-brasileiras, nas festas ocorrem transes, danças, canções, comidas ou oferendas. As festas são realizadas no decorrer do ano e podem durar dias, mas

sempre no período da noite. Para a realização das festas, a comunidade costuma organizar as atividades de preparativos e de recepção dos convidados.

Para a festa¹⁵ de aniversário da entidade Mariano, recebida por pai Bené em julho de 2019, as mulheres, os homens, as crianças¹⁶ e os visitantes ajudaram nas diversas atividades que envolviam desde a limpeza do terreno e da federação da comunidade até a ornamentação com balões do espaço da federação. Antes de a festa iniciar, as mulheres e homens negros e indígenas preparavam-se ao vestir roupas coloridas, roupas feitas especificamente para o festejo e momento da incorporação das entidades que participaram da festa em comemoração ao aniversário de Mariano (Figura 5).



Figura 5: Momento em que a pesquisadora conversa com a entidade Mariano no dia do festejo de seu aniversário. Fonte: Acervo do projeto: 2020.

Já na federação, iniciavam as rezas católicas e depois os cantos. As mulheres e homens dançavam, em torno de uma vela branca. Assim, com a chegada da entidade Mariano, pai Bené pôde comemorar o aniversário da entidade. Com o prosseguimento da festa, os participantes da roda aos poucos foram incorporando suas entidades. Em meio às canções, as entidades como o Cearense, Zé Vaqueiro, Seu Baiano Grande, Zé Pelintra, Pomba Gira Rainha e Sete Flechas fizeram-se presentes no festejo. Também ocorreram consumo de bebidas como a cachaça e o uso do tabaco.

¹⁵ É importante destacar que esta é a primeira vez que se faz uma descrição de uma festa realizada na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. A festa em honra à entidade Mariano foi observada nos anos de 2019 e 2020.

¹⁶ Semelhante ao que acontece nos terreiros do Maranhão, onde os mais velhos, adultos, jovens e crianças participam da vivência religiosa, reforçada principalmente pelos laços familiares como no caso do terreiro dedicado a Santa Bárbara (CANTANHÊDE, 2019).

No território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, a “mãe grande” e a mata evocam a prática religiosa. Dispersos no território da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho estão as casas de trabalho religioso, relacionadas às diversas entidades religiosas de matrizes africanas, como Iemanjá, Preto Velho, Xangô,¹⁷ Caboclo Boiadeiro, Cabocla Mariana, Tranca Rua, dentre outras. Dentro do território da comunidade, a mata e sua paisagem são lugares de moradia de caboclos. As entidades invisíveis podem estar materializadas em altares como “amontoados” de pedras cuidadosamente dispostas perto de fluxos de água que simbolizam a presença de entidades como Iemanjá (Figura 6).



Figura 6: “Cachoeira” e templo de rochas de Iemanjá na comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Fonte: Acervo do projeto, 2020.

Dentro do território da comunidade, na mata e em áreas de acesso como caminhos, outros santuários como pontos de vigia podem ser encontrados em lugares estratégicos, podendo ser comparados com guaritas de vigia de um conjunto ou condomínio habitacional. As entidades solicitam aos moradores da comunidade para colocar os santuários de vigia para afastar pessoas invejosas e que possuem intenções consideradas ruins. Em alguns casos, os pontos de vigia (Figura 7) podem ter imagens, velas ou somente uma proteção sem objetos.

¹⁷ Lugar utilizado para alimentar o corpo e o espírito.



Figura 7: Pequeno templo na mata da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Fonte: Acervo do projeto, 2020.

A paisagem do território é lugar de morada das diferentes entidades que fazem parte da religiosidade de matriz africana e que vieram junto com o núcleo familiar Furtado. O novo território desde o passado possui em sua mata forças ancestrais de negros e indígenas que viveram no lugar e as que migraram do Maranhão com a família Furtado. Os espíritos que vivem em lugares como as matas, os rios e os mares baixam nos espaços dos terreiros e nos salões de curadores, convivendo com os mortais (FERRETTI, 2000).

Considerações finais

A pesquisa de campo que leve em conta o uso de metodologias como a história oral e observações etnográficas e a problematização sobre a importância do território são perspectivas que podem auxiliar os historiadores a desenvolver uma prática de pesquisa que não seja restrita somente ao documento. Assim, o registro das relações cotidianas que ocorrem nos territórios que reverberam pela oralidade, memória e lugares apresentam um grande potencial para os estudos das comunidades que ainda não possuem o registro de suas histórias.

O registro das narrativas e as descrições etnográficas sobre a comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho através da oralidade, memória e dos lugares estão relacionados ao sentimento de pertencimento e experiências de identidades sociais que se manifestam no território (MARIN; CASTRO, 1992, 1999; 2004). Os historiadores em suas pesquisas de campo têm muito a aprender com os territórios onde vivem as pessoas ao levar em conta a

oralidade e estarem atentos aos sentidos dados aos lugares, objetos, festas e cotidiano, que remetem a uma identidade própria das pessoas do local, que tem a ver com suas histórias, casas, fazeres e visões de mundo.

A comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho passou a lutar pelos seus direitos e território em decorrência dos conflitos e invasão de terra, ocasionados por pessoas e empreendimentos externos que ameaçam o cotidiano dos moradores do lugar. Em 2010, como resultado, a comunidade obteve a certificação de comunidade remanescente de quilombo, emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A memória indica detalhes da ocupação do território, indicando lugares e usos pelas gerações dos pais, avós e bisavós (MARIN; CASTRO, 2004, p. 49).

A formação¹⁸ da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho na fronteira franco-brasileira não pode ser explicada somente pela busca de melhores condições de vida por parte de seus fundadores, mas pela cosmologia da religião de matriz africana, que nesse espaço criaram um lugar que mescla elementos afrodescendentes e indígenas. Os santos, as entidades, a paisagem e o cotidiano das pessoas que vivem na comunidade “misturada” Kulumbu do Patuazinho explicam as relações com o lugar. O território prometido era uma promessa da entidade Mariano incorporada por pai Bené, por meio de uma revelação onírica.

Nesse sentido, ao praticar na fronteira franco-brasileira, praticou-se o que Rafael dos Anjos (2014, p. 333) intitula de uma “geografia de matriz africana” que é uma forma de resgatar os “Brasis invisíveis” secularmente: povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira ainda marginal, não oficial na sua plenitude. Nos últimos anos, em função da emergência social do tema dos “remanescentes indígenas” e dos “remanescentes de quilombo”, as ciências sociais e a historiografia brasileira têm revelado, por exemplo, um aspecto da realidade rural que não era objeto de “estudos étnicos” e “estudos raciais”, ou mesmo dos estudos sobre “campesinato”, mas que surge com a força das evidências (ARRUTI, 2001, p. 218).

O reconhecimento do território por parte das comunidades quilombolas no Brasil decorre principalmente diante dos conflitos de terra, em contextos protagonizados por

¹⁸ Outro exemplo semelhante vem da década de 1900, quando migrantes dos quilombolas Saramacá, grupo descendente de africanos livres do Suriname, estabeleceram-se na Guiana Francesa em St. George de l’Oiapock e Caiena, onde a história desse povo só pode ser compreendida por meio das relações com a cosmologia de vida (PRICE, 2007).

diferentes atores sociais, como quilombolas e frentes de expansão da sociedade envolvente (LEITE, 2000). Portanto, é preciso conhecer o significado do território ocupado, onde é consenso que os grupos negros retiram da terra não somente a produção necessária para seu sustento, mas as histórias referentes à ocupação singular do lugar (MARIN; CASTRO, 2004, p. 38). É por meio da narrativa histórica do lugar que as comunidades negras podem encontrar uma contraestratégia da manutenção da “Geografia da exclusão e da ignorância espacial” (ANJOS, 2014).

Agradecimentos

Aos moradores da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho, em especial ao senhor Benedito Anunciação Furtado. A equipe de pesquisa de campo do projeto: Edineth Alves Silva, Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro e Leiticía Pinheiro Barros.

Referências Bibliográficas

Entrevista

Benedito Anunciação Furtado. Julho de 2020. Entrevistadoras: Kathelin Thayssa Mendonça Carneiro e Edineth Alves. Oiapoque, Amapá. Entrevista realizada em julho de 2020.

Livros, Artigos e Teses

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **O Brasil Africano: Geografia e Territorialidade** Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília: CIGA - Cespe - UnB, ano 1, vol. 1. 2010.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia**, p. 332-350, 2014.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Agenciamentos Políticos da “Mistura”**: Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. Estudos afro-asiáticos, v. 23, p. 215-254, 2001.

BARBOSA, Pedro. As experiências identitárias e territoriais dos afro-brasileiros nos quilombos rurais e urbanos de Minas Gerais. **Revista Antígona**, v. 1, n. 1, p. 97-119, 2021.

CANTANHÊDE, Joaquim Grigório Neto. Tenda Santa Bárbara: o humano e o sagrado. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, v. 2, n. 4, 2019.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. **Maranhão Encantado: encantaria maranhense e outras histórias**. São Luís: UEMA, 2000.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Comida ritual em festas de Tambor de Mina no Maranhão. **Horizonte**: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 21, p. 242-267, 2011.

FREITAS, Sônia Maria. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FUNES, Eurípedes. “**Nasci nas matas nunca tive senhor**”: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História Social) - Programa em História Social, Universidade de São Paulo, 1995.

FUNES, Eurípedes. Mocambos: natureza, cultura e memória. **História Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 146-153, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**: Ciência do homem, filosofia da cultura. 2 ed. 9 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, Jelly Juliane Souza; GAMBIM JÚNIOR, Avelino. **Projeto “Territórios quilombolas do norte do Amapá: um estudo histórico e etnográfico sobre a trajetória dos afrodescendentes (séc. XVIII aos dias atuais)”**. Primeiro relatório de campo: comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho. Macapá, 2020.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna. Mobilização e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, Vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas**: guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

MARIN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna. **No caminho de Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2ª.ed. 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História oral**: como fazer, como pensar. - 2.ed. 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo. **Brasília: Paralelo**, v. 15, p. 169-188, 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. O uso da arqueologia para o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas no Brasil. In: MORALES, Walter Facundes; MOI, Flavia Prado. **Tempos ancestrais**. São Paulo: Anablume Editora, 2012.

PRICE, Richard. Liberdade, fronteiras e deuses: Saramacas no Oiapoque (c. 1900). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes; DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia.** Editora AÇAÍ/CNPq, 2011.

SOUZA, Manoel Azevedo. Identidade quilombola na Fronteira entre o Amapá e Guiana Francesa. Macapá, Trabalho apresentado na **V (quinta) Reunião Equatorial de Antropologia e da XIV (décima quarta) Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste.** Instituto de Ciências Sociais\ Universidade Federal de Alagoas, p. 1-16, 2015. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gt13_p.php. Acessado em 17/01/2022.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. Comunidades Quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. Confins. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 23, 2015.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe.** Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 11, p. 1-13, 2012.

VOLTALIA. Ecology Brasil. **PCH Salto Cafesoca: Estudo do Componente Quilombola e Plano Básico Ambiental Quilombola.** Rio de Janeiro: Ecology Brasil, 2018.